

Articulação e capilaridade das redes políticas da IURD no território brasileiro

*Bruno Gomes de Araújo*¹

*Edu Silvestre de Albuquerque*²

Resumo: O presente artigo é produto da investigação sobre as bases territoriais da estrutura político-partidária da IURD - Igreja Universal do Reino de Deus, a partir da sua coesão institucional, estratégias políticas e correlação espacial da massa de fiéis com o sufrágio iurdiano nas eleições de 1991, 2002 e 2006. O planejamento estratégico e o fortalecimento das lideranças políticas da IURD estão assentados na sua capacidade de influência sobre a massa de fiéis e na difusão informacional composta por templos e cadeia nacional de rádio e televisão. Esses trunfos foram decisivos para a consolidação do Partido Republicano Brasileiro – PRB, partido controlado pelos bispos da IURD. Para a elaboração das análises foram pesquisados os bancos de dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE (Estatísticas Eleitorais) e do Sistema de Recuperação de Dados do IBGE - SIDRA (População residente por religião, cor ou raça e sexo), que possibilitaram a leitura da geografia eleitoral da IURD e a demonstração do plano da dispersão da base eleitoral do PRB no território. **Palavras-chave:** Igreja Universal, Partido Republicano Brasileiro, territórios eleitorais.

Articulation and capillarity of the political networks of the IURD in the Brazilian territory

Abstract: *This article is based on the research on the territorial bases of the political-partisan structure of the IURD - Universal Church of the Kingdom of God, based on its institutional cohesion, political policies and integration of the mass of votes with the suffrage in the 1991 elections, 2002 and 2006. The fact that it was influenced by the growth policies of the IURD is based on its capacity to influence the mass of data and in massive terms of statistics on television and national television. These were the decisive factors for the consolidation of the Brazilian Republican Party - PRB. The statistics were collected on the data of the Electoral Superior Court (TSE) and the IBGE - SIDRA Data Recovery System (resident population by religion, color or streak and sex), which made it possible to read the electoral geography of IURD and the demonstration the plan dispersion of the PRB electoral base in the territory.*
Keywords: *Universal Church, Brazilian Republican Party, electoral territories.*

¹ Doutor em Geografia; Membro da ADPNAS.

² Orientador, Docente do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia/UFRN.

Introdução

A expansão da Igreja Universal do Reino de Deus - IURD no território brasileiro passa também pela conquista de espaços políticos no Congresso Nacional. Aderindo ao discurso eleitoral dos pentecostais³, os candidatos da Universal sobrevalorizam o caráter sacro do voto para justificar a necessidade de “homens de Deus” nas decisões da política nacional. Além da pauta moral, domina a agenda política evangélica em geral o direito de obtenção de outorgas para exploração da radiodifusão.

A entrada efetiva dos pentecostais no Congresso Nacional, segundo Freston (1993), acontece em 1980 após a redemocratização do país e o restabelecimento do pluripartidarismo irrestrito. No panorama religioso se destacava então o crescimento da comunidade evangélica, que havia apresentado os 5 milhões de fiéis em 1991⁴. Já não era possível manter a invisibilidade do potencial político evangélico, que se refletiria numa crescente bancada parlamentar evangélica após a Constituição de 1988 e, conseqüentemente, no aumento do poder de barganha política principalmente relacionado às outorgas de rádio e televisão.

A expansão do televangelismo sempre esteve condicionada aos dispositivos da legislação brasileira, que nas Constituições de 1937, 1946, 1967 e 1988 mantiveram a exclusividade do governo federal na emissão de outorgas de radiodifusão. A Constituição de 1988 apresentou certa flexibilização repartindo entre Executivo e Legislativo a responsabilidade de conceder e renovar outorgas. Entretanto, isso não impediu as influências políticas no mercado essencialmente oligopolizado, sobretudo no mercado nacional da televisão aberta. A exemplo disso, podemos citar o processo de concessão da outorga da Rede Record entre 1989 e 1992 à IURD.

Conforme destacou o Tavolaro (2007), após a compra da Record em 1990 o então Ministro da Infraestrutura João Eduardo Cerdeira de Santana, do Governo Collor, sofreu o *lobby* de vários donos de emissoras, jornais e revistas como de políticos para impedir que a concessão de outorga fosse assinada em nome do Bispo

³ Conforme Baptista (2007, p. 310), “A tradição protestante e pentecostal recorre sempre ao que está escrito na Bíblia para orientar a atuação dos crentes na sociedade”.

⁴ IBGE, Censo Demográfico 1940/2010. Até 1991, dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1994. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 54, 1994. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP60&t=populacao-religiao-populacao-presente-residente>. Acesso em 16 de novembro de 2017.

Macedo. Para esse grupo de empresários e políticos, o poder midiático do Bispo o deixaria em constante vantagem para, a partir de maior influência sobre as massas, ampliar a capacidade arrecadatória da instituição religiosa da qual era líder.

A forte regulação Estatal, retardou a evolução dos investimentos de Edir Macedo no setor de telecomunicações prejudicando conseqüentemente a ampliação da oferta de serviços num regime de competição justa no mercado brasileiro. Toda resistência política sofrida no processo de outorga da Rede Record tornou o projeto político da IURD ainda mais vital, tendo em vista, outros direitos assegurados como a liberdade de culto e imunidades tributárias poderiam ser alvos de várias retaliações de frentes parlamentares nos anos subsequentes. Em suma, a politização da IURD a partir do seu clero, visou proteger as fronteiras de sua expansão através blindando a livre circulação do seu capital religioso

A coesão institucional da IURD e as primeiras feições da sua rede político-partidária

A participação dos evangélicos na Constituinte da Nova República em 1988 demonstrava a irrupção de uma nova classe política, sendo grande parte formada por líderes pentecostais (Quadro 1) que reivindicavam a igualdade de *status* na vida pública ante o tradicional protagonismo político do catolicismo.

Quadro 1 - Representação Evangélica no Congresso na legislatura 1987-1992

| Legislatura | Igrejas (número de parlamentares) | Número de Igrejas Representadas |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| 1987-1991 | AD (13); Batista (7); CBN (3); IEQ (2); IPB (2); Adventista (1); Congregacional (1); ICCR (1) ICE (1); IECLB (1); Ig. Cristo (1); IPI (1), IPU (1); IURD (1) | 14 |

AD = Assembleia de Deus; CBN = Convenção Batista Nacional; CC = Congregação Cristã; ICCR = Cristã de Confissão Reformada; ICE= Cristã Evangélica; IECLB = Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; IEQ = Evangelho Quadrangular; IPB = Presbiteriana do Brasil; IPI = Presbiteriana independente; IPU = Presbiteriana Unida; IURD = Universal do Reino de Deus.

Fonte: Freston, 1993, p.191.

Como podemos observar no Quadro 1, na legislatura federal de 1987 a 1991, a IURD possuía apenas 1 vaga no Congresso Nacional, que na ocasião era ocupado pelo pastor Roberto Lopes. O pastor Roberto foi o único político da Igreja na Assembleia Constituinte de 1988.

A medida em que crescia sua estrutura midiática, o número de templos e de fiéis, a IURD ampliava sua participação política no Congresso Nacional e nas legislaturas estaduais em todo o Brasil. Entre 1986 e 2000 os candidatos oficiais da IURD foram lançados por diferentes siglas, onde a fidelidade partidária não era necessariamente uma prerrogativa dos candidatos apoiados pela igreja. No entanto, compromisso do candidato estabelecendo articulações e projetos de lei com efeitos práticos na proteção e fortalecimento dos interesses da Universal certamente era cláusula pactuada para as candidaturas contarem com toda a estrutura da igreja na campanha eleitoral e durante todo o mandato⁵.

Segundo Oro (2003b) em 1990 a IURD havia eleito 3 deputados federais e 6 deputados estaduais. Em 1994, ainda segundo o autor, o número de deputados aumentou para 8 nas assembleias legislativas, além da ocupação de pastas como as Secretarias do Trabalho e Ação Social no Estado do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, Freston (2000) destaca o sucesso relativo do primeiro ensaio eleitoral da Universal ao Senado Federal que lhe rendeu 500 mil votos. Já no pleito de 1998 a Igreja conseguiu ampliar ainda mais sua representatividade na política brasileira,

[...] por ocasião das eleições de 1998, a Universal elegeu 26 deputados nas assembleias legislativas de dezoito Estados da federação (Fonseca, 1998, p. 20) e dezessete deputados federais (sendo catorze egressos da própria igreja de distintas unidades federativas e três deputados apoiados pela igreja), cuja soma situa-se na casa de 1.400.000 votos. (FONSECA, 1998, p.200).

A década de 2000 foi definitiva para a consolidação da Universal na política partidária. Contribuiu para essa consolidação o aumento do número de fiéis, que segundo o Censo Demográfico do IBGE em 2000 somou 2 milhões de pessoas⁶, atingindo o terceiro lugar no ranking pentecostal, o que em números absolutos representou um crescimento de 646% em relação ao Censo de 1991.

⁵ Aqui inclui-se a mobilização dos pastores e membros como cabos eleitorais, propaganda velada em templos, veiculação de nomes em suas rádios, televisão e eventos promovidos pela IURD.

⁶ IBGE, Censo Demográfico 2000. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200>> Acesso em 20 de novembro de 2017.

Enquanto a Universal reafirmava sua coesão denominacional, o Censo de 2000 demonstrava a tendência de diversificação e fragmentação do pentecostalismo, fenômeno chamado de “pulverização pentecostal”.

De acordo com Novaes (2001), a pulverização pentecostal se caracteriza pela significativa multiplicação de pequenas ramificações pentecostais, isto é, de igrejas de “bairro” ou de “rua” explica a autora. Ainda sobre pulverização pentecostal em 2000, Mafra (2002) destacou que entre 60% a 70% das novas igrejas provieram do pentecostalismo.

Essas “microigrejas” surgiram em geral de dissidências ou da própria autonomia de líderes que mediante a experiência acumulada nas atividades eclesiais em igrejas maiores, decidiram fundar seu próprio ministério. Mas enquanto muitas igrejas tiveram suas forças divididas, a Universal cresceu 491,5% entre 1991 e 2000. Nas pentecostais que estão organizadas em diferentes ministérios⁷ ou que passaram por grandes dissidências, prevaleceu nesse período a organização de um quadro político ainda mais fragmentado e disperso entre partidos com diferentes orientações ideológicas.

A IURD, por sua vez, manteve uma atuação política unificada, orientando seus fiéis a votarem nos parlamentares escolhidos pela Igreja. Todas essas circunstâncias repercutiram positivamente na performance eleitoral da IURD nas Eleições de 2002, quando

[...] elegeu dezesseis deputados federais vinculados à própria igreja, dois a mais do que na legislatura anterior, e dezenove deputados estaduais, representantes de dez Estados da federação. (ORO, 2003a, p.54).

A expressão mais eloquente do poder político da Universal foram os 1.606.315 votos obtidos pelos seus candidatos a deputado federal, e a eleição do Bispo Marcelo Crivella ao Senado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro com 3.235.570 votos, vencendo velhos caciques da política carioca como Artur da Távola

⁷ É o caso da Assembleia de Deus a maior denominação pentecostal do Brasil, que juridicamente está organizada em diferentes ministérios ligados a duas grande Convenções Nacionais: a CGADB e CONAMAD.

e Leonel Brizola, com também o pastor Manoel Ferreira presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus Madureira – CONAMAD.

Cabe destacar que os 1.606.315 milhões de eleitores da IURD no estado Rio de Janeiro em 2002 representavam o maior percentual por população total quando comparado aos demais estados brasileiros. Os mais de 3 milhões de votos recebidos pelo bispo Marcelo Crivella se deu no maior reduto de fiéis da Universal no país, uma clara demonstração do poder eleitoral da igreja na sociedade carioca. Neste caso em específico, ficou evidente os fundamentos territoriais de representação política da IURD no Rio de Janeiro, como trunfo na corrida ao Senado Federal durante as Eleições de 2002.

A imagem política do Bispo Crivella, sobrinho de Edir Macedo, foi trabalhada basicamente dentro do assistencialismo religioso três anos antes de sua primeira candidatura em 2002, através da Associação Beneficente Projeto Nordeste, quando a Igreja Universal projetou a Fazenda Canaã, um complexo assistencial construído na região rural de Irecê, interior da Bahia. Baseado nos Kibutz israelenses, a Fazenda Canaã teve como objetivo oferecer educação infantil integral aliado à agricultura autossustentável e promoção da saúde para famílias no sertão da Bahia. Grande parte do projeto foi financiado pelo dinheiro da venda do CD “Mensageiro da Solidariedade” de autoria do Bispo Marcelo Crivella, que alcançou mais de um milhão e meio de cópias⁸ e pelas campanhas realizadas na Rede Record e templos da IURD responsáveis pela divulgação e levantamento de doações entre várias empresas e sociedade civil.

O projeto político da IURD envolvendo *mídia e fé* se revelou uma estratégia bastante eficiente, onde elegeu 10 deputados federais de 14 nomes apoiados nas Eleições de 2002. Nas eleições de 2002, conforme apontou Machado (2006) os políticos foram escolhidos por decisão do Conselho de Bispos. O Conselho de Bispos da IURD é formado por articuladores políticos experientes incumbidos de fazer uma triagem e definir o rol de pré-candidatos oficiais da Igreja.

⁸ Fazenda Canaã Wordpress: Projeto Nordeste. Disponível em <<https://fazendacanaa.wordpress.com/projeto-nordeste/>> Acesso em 20 de novembro de 2017.

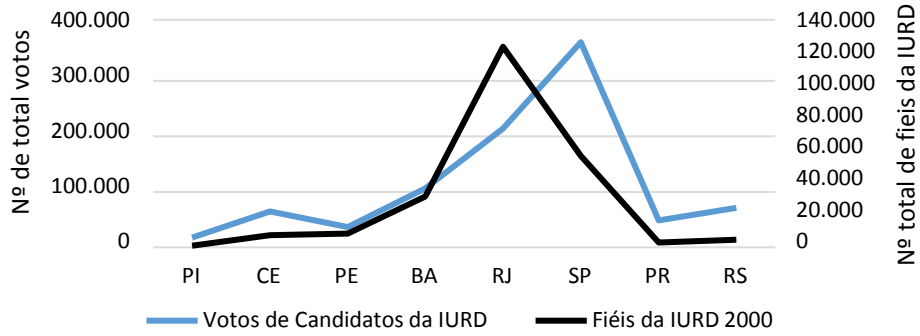
A correlação espacial entre massa de fiéis e sufrágio iurdiano: o poder político-religioso da IURD nas campanhas legislativas de 2002

A escolha de candidatos pela IURD usualmente se deu, como dissemos, pelo alinhamento destes à sua agenda política. Aqueles que decidem construir uma imagem política independente das orientações do Conselho de Bispos não tem qualquer chance de terem suas campanhas apoiadas pelos bispos da igreja. “Trata-se de parlamentares estaduais apoiados ou egressos da própria Igreja em eleições passadas, mas que mesmo não recebendo o apoio da Igreja das últimas eleições concorreram “espontaneamente” à reeleição. Isso ocorreu, por exemplo, no Rio de Janeiro, no Ceará e no Rio Grande do Sul. Em seu lugar, a Igreja apresentou e apoiou outros candidatos que foram, em sua maioria, eleitos, diferentemente daqueles que se lançaram por conta própria, como veremos mais à frente, e amargaram uma estrondosa derrota”. (ORO, 2003b, p. 54).

Nas eleições de 2002, durante o apoio ao Bispo Marcelo Crivella, a IURD revelou seu modo de fazer política. A Igreja é quem insere o candidato nos territórios eleitorais escolhidos e não o contrário, como geralmente acontece em muitas igrejas pentecostais, onde os candidatos emergem da própria comunidade.

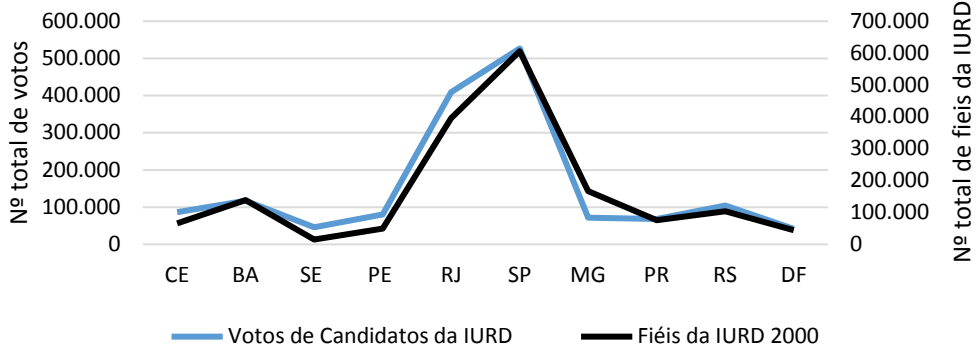
Nas Eleições de 1998, 2002 e 2006 para a Câmara Federal confrontamos os votos recebidos pelos candidatos da IURD com o total de fiéis para cada Estado, identificando a correlação entre essas variáveis (Gráficos 1, 2 e 3). Apesar do conceito de fiel na Universal ser extensivo a todos os parceiros que contribuem para a Igreja, consideramos somente aqueles que nos Censos do IBGE de 1991 e 2000 se declararam pertencentes à Igreja.

Gráfico 1 - Eleições para Deputado Federal 1998: relação número de votos dos candidatos x fiéis da IURD por Estado



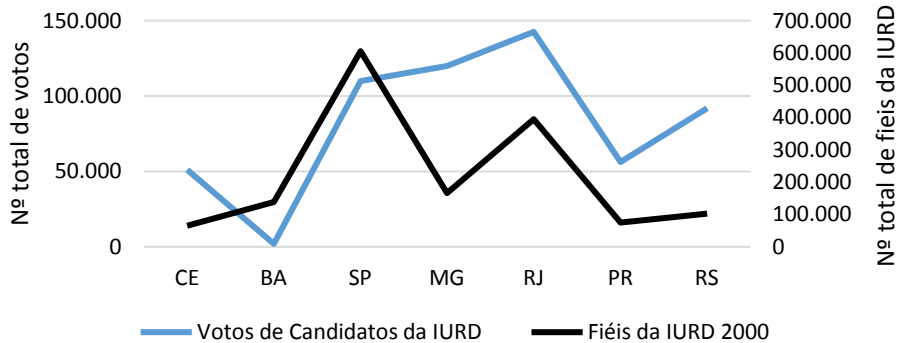
Fontes:
Tribunal Superior Eleitoral - TSE - 1999
IBGE: População residente por religião, cor ou raça e sexo - 1991

Gráfico 2 - Correlação de votos de candidatos e fiéis da IURD por Estado nas Eleições de 2002



Fontes:
Tribunal Superior Eleitoral - TSE - 2003
IBGE: População residente por religião, cor ou raça e sexo - 2000

Gráfico 3 - Eleições para Deputado Federal 2006: relação do número de votos dos candidatos x fiéis da IURD por Estado



Fontes:
Tribunal Superior Eleitoral - TSE - 2007
IBGE: População residente por religião, cor ou raça e sexo - 2000

Nas Eleições de 1998 é possível observar para todos os estados uma forte correlação positiva entre voto e número de fiéis (Gráfico 1).⁹ Os candidatos da IURD receberam mais votos justamente nos estados com maior percentual de fiéis, mas no Ceará, em São Paulo e em dois estados sulistas a votação em muito superou ao número de fiéis.

Nas Eleições de 2002 as linhas gráficas de votos e de fiéis também apresentaram comportamento simétrico para a maioria dos estados (Gráfico 2). No pleito de 2006 a IURD perdeu cadeiras na Câmara dos Deputados em dois estados, em contrapartida, conseguiu reeleger políticos nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Em suma, a geografia eleitoral da Universal indicou que os votos recebidos pelos seus candidatos na maioria dos casos refletem o coeficiente de fiéis existente em cada estado. Dentre as estratégias utilizadas pelos líderes da Universal estão o proselitismo político nos cultos, o poder de articulação política de seus líderes e o potencial de seu poder midiático. Todos são trunfos a serem considerados nas bem-sucedidas campanhas de seus candidatos.

Uma investigação reveladora sobre a geografia eleitoral da IURD foi publicada por Braga (2008), que através da relação habitante/templo e IDH conseguiu identificar os territórios eleitorais dos candidatos iurdianos nas eleições para deputado estadual e federal em 2002¹⁰ nos bairros do município de Rio de Janeiro. Para analisar os padrões espaciais dos votos, o autor considerou os votos totais recebidos pelos candidatos não fazendo a distinção proporcional dos votos dados exclusivamente pelos fiéis. Desta forma, Braga conseguiu demonstrar que as densidades espaciais dos votos obedecem às áreas de concentração dos templos da IURD sendo estes situados em áreas de menor desenvolvimento humano da capital fluminense.

O forte apelo para os valores da fé é uma estratégia recorrente entre bispos e pastores na tentativa de mobilizar os fiéis a votarem nos seus candidatos. Assim como acontece com os templos a concentração estadual de fiéis em cada também tende a influenciar na quantidade de votos, revelado que os padrões de concentração espacial dos votos seguem a escala do território religioso da Universal.

⁹ IBGE – Censo Demográfico: População residente por religião, cor ou raça e sexo – 1991. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/135#resultado> Acesso em 22 de novembro de 2017.

¹⁰ “[...] ano em que a IURD obteve maior êxito eleitoral, com 54 deputados estaduais e federais eleitos, sendo 12 pelo Estado do Rio de Janeiro, mas um senador, também no RJ” (BRAGA, 2013, p.148).

Entretanto, essa correlação positiva apontada nos Gráficos 1 a 3 não significam a fidelidade do voto iurdiano. Nesse aspecto do comportamento eleitoral, a renovação que afeta todas as legendas políticas atinge também os candidatos iurdianos. Dos 19 deputados eleitos em 2002 apenas 4 são foram reeleitos em 2006 (Quadro 2).

Quadro 2 - Votação obtida pelos Deputados Federais da Igreja Universal do Reino de Deus em 2002 e 2006

| CANDIDATO | ESTADO | PARTIDO | VOTAÇÃO 2002 | VOTAÇÃO 2006 | ACRESCIMO /DECRESC. |
|------------------------------|--------|---------|------------------|----------------|---------------------|
| ALDIR CABRAL | RJ | PFL | 50.281 | | -50.281 |
| ALMEIDA DE JESUS | CE | PL | 85.727 | | -85.727 |
| ANTÔNIO BULHÕES (BISPO) | SP | PMDB | | 109.978 | 109.978 |
| CARLOS RODRIGUES (BISPO) | RJ | PL | 192.640 | | -192.640 |
| EDNA MACEDO | SP | PTB | 118.474 | | -118.474 |
| FLÁVIO BEZERRA | CE | PMDB | | 51.136 | 51.136 |
| GEORGE HILTON | MG | PP | | 83.109 | 83.109 |
| HELENO SILVA (PASTOR) | SE | PL | 45.158 | | -45.158 |
| JOÃO BATISTA (BISPO) | SP | PP | 121.255 | | -121.255 |
| JOÃO MENDES DE JESUS (BISPO) | RJ | PSB | 59.740 | | -59.740 |
| JOÃO PAULO GOMES DA SILVA | MG | PSB | 71.197 | 36.922 | -34.275 |
| JORGE PINHEIRO (PASTOR) | DF | PL | 41.288 | | -41.288 |
| JORGE WILSON | RJ | PSDB | 8.148 | | -8.148 |
| JOSÉ DIVINO (PASTOR) | RJ | PMDB | 77.489 | | -77.489 |
| LÉO VIVAS | RJ | PRB | | 83.127 | 83.127 |
| MARCOS ABRAMO (PASTOR) | SP | PP | 109.468 | | -109.468 |
| MARCOS DE JESUS (PASTOR) | PE | PL | 80.084 | | -80.084 |
| OLIVEIRA FILHO (PASTOR) | PR | PL | 67.945 | 56.248 | -11.697 |
| PAULO JOSÉ GOUVÊA | RS | PL | 103.959 | 7.724 | -96.235 |
| PAULO ROBERTO | RS | PTB | | 84.123 | 84.123 |
| REGINALDO GERMANO (PASTOR) | BA | PFL | 65.607 | 2.090 | -63.517 |
| VIEIRA REIS (BISPO) | RJ | PMDB | 79.203 | | -79.203 |
| VINÍCIUS CARVALHO | RJ | PT do B | | 59.524 | 59.524 |
| WANDERVAL SANTOS (BISPO) | SP | PL | 177.456 | | -177.456 |
| ZELINDA NOVAES | BA | PFL | 51.196 | | -51.196 |
| SOMA | | | 1.606.315 | 573.981 | -1.032.334 |

Fonte: BAPTISTA, 2007, p.550.

Conforme os dados supracitados, nas Eleições eleições de 2006 os candidatos apoiados pela Igreja contabilizaram um total de 573.981 votos, um retrocesso de 1.032.334 votos ou cerca de 65% dos votos obtidos no pleito anterior. Como veremos adiante, alguns fatores aparecem como indicativos para esse fraco desempenho nas urnas dos políticos apoiados pela IURD. Entre eles se destacam mudanças na dinâmica do tráfego de fieis nos templos da IURD e o processo de reorganização política da Igreja após a criação de seu braço partidário Partido Republicano Brasileiro – PRB em 2005.

Reestruturação da base de apoio político-partidário do PRB

A estratégia de reagrupamento dos políticos da IURD numa legenda própria pretende a expansão territorial da base de apoio político à agenda da Igreja, o que até o período coberto por nossa pesquisa não ocorreu.

A dinâmica de transitividades dos fiéis nos templos da IURD é um fenômeno novo. Entre 2000 e 2010¹¹ foi registrado pelo IBGE uma considerável perda de fieis pela organização, o que parece ter repercutido diretamente no coeficiente eleitoral dos candidatos da Igreja nas Eleições de 2006 (Quadro 2). O fenômeno dos evangélicos “não determinados” ou de “múltiplo pertencimento” tratado no capítulo 2, demonstrou a existência que parcela considerável de pessoas que frequentaram a Universal, mas que não se vincularam à membresia da Igreja.

O caráter massificador das estratégias evangelísticas da Universal e a supervalorização da teologia da prosperidade tem atraído um público crescente de religiosos que não estabelece vínculos mais profundos com a Igreja, a não ser através das doações ocasionais, permanecendo apenas como frequentadores esporádicos. A rotina nos grandes templos da IURD contribuiu para intensificar o processo de dissolução das comunidades religiosas tradicionais unidas por

¹¹ A dimensão do trânsito religioso na IURD pode ser aferida no resultado do Censo do IBGE de 2010, que mostra a perda de total de 228.644 adeptos da IURD em todo o Brasil, o que denotou uma perda 11% total dos 2.101.887 de fieis registrados em 2000.

laços de afetividade, que nas últimas décadas tendeu a colaborar com a fragilização dos laços e compromissos religiosos (MARIANO, 2013).

Esse fenômeno identificado pela primeira vez no último no Censo do IBGE de 2010 talvez explique a não consolidação de redutos eleitorais no meio dos fiéis da Universal, perfazendo um cenário bastante volátil nas campanhas eleitorais apoiadas pela Igreja.

O segundo fator a ser considerado para o fraco desempenho das eleições em 2006 reside na reestruturação partidária orquestrada pelos líderes da Universal com a clara intenção de ampliar o controle dos mandatos de seus políticos. Para a execução desse novo projeto, o poder de articulação política dos caciques iurdianos como o bispo Carlos Rodrigues e o potencial de difusão da informação da estrutura midiática da Igreja foram decisivos. A necessidade de expandir o controle da Igreja sobre o mandato de seus parlamentares foi descrita por Oro,

[...] como parte dos deputados da IURD se encontram em outros partidos, mesmo de oposição ao governo federal, é difícil prever um apoio unilateral da Igreja posto que seus congressistas em cada votação terão de optar, embora nem sempre isso seja possível, entre as orientações partidárias e os interesses da Igreja, não necessariamente coincidentes (ORO, 2003, p.54).

O projeto de criação do PRB começou a ser executado em 2000 com o recolhimento de assinaturas de apoio partidário entre os 2 milhões fiéis da Igreja¹². Três anos depois de formar uma ampla rede de apoio, com mais 400 mil eleitores apoiadores, o bispo Edir Macedo conseguiu finalmente obter o registro definitivo no TSE, e em 25 de agosto de 2003 desenvolveu sua própria agremiação política então batizado de Partido Municipalista Renovador - PMR.

¹² Folha de São Paulo. Criação do PMR teve o apoio de 612 mil evangélicos no país. Folha de São Paulo, 15 de outubro de 2005, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1510200519.htm>> Acesso em 03 de novembro de 2017.

O PMR organizou sua primeira convenção nacional em 16 de dezembro de 2003 com o objetivo definir a agenda estratégica do partido para as eleições de 2006. Os políticos da Universal que tinham seus mandatos anexos em diferentes siglas como PL, PTB e PP, foram convocados a migrarem para o PMR e fortalecer sua base no Congresso Nacional. Em 2005 o PMR acolheu a filiação de José Alencar Gomes da Silva, então vice-presidente no governo de Inácio Lula da Silva.

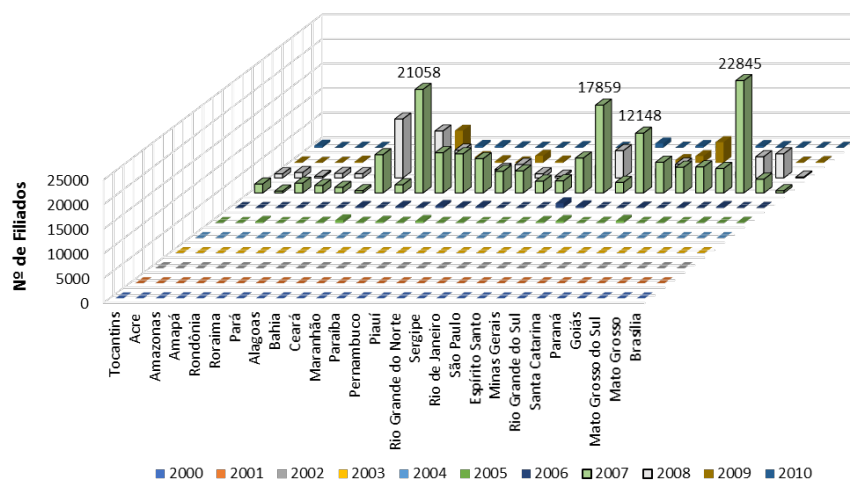
O vice-presidente José de Alencar, juntamente com o principal articulador político da universal na época, o deputado e bispo Carlos Rodrigues, redefiniram a sigla do PMR para Partido Republicano Brasileiro – PRB em 25 de agosto de 2005, conforme resolução do TSE nº 22.167/06.

À princípio o reagrupamento dos políticos eleitos com apoio da Universal e a quantidade de filiações no PRB foi modesta, somando até as eleições de 2006 um total de 3.295 filiados¹⁴. Para continuar existindo em 2007 o partido teria que vencer a cláusula de barreira – obter pelo menos 5% dos votos válidos para deputado federal e eleger congressistas em ao menos nove Unidades da Federação.

Nesse período, o PRB focou estrategicamente no lançamento de candidato ao governo estadual do Rio de Janeiro, onde, o Senador Marcelo Crivella tinha boas chances de ganhar, e na construção de uma rede política de apoio a José Alencar na campanha presidencial de 2006. Para isso, foi formada a coligação “A Força do Povo” (PT/PRB/PCdoB) com registro no TSE nº 22.156/2006. A reeleição de José Alencar como vice-presidente de Luiz Inácio Lula da Silva – PT, abriu importante canal de diálogo do PRB no executivo federal, fortaleceu o poder de articulação do partido no Congresso Nacional e aumentou a visibilidade da legenda.

Depois de ser constituir num dos partidos da base de apoio ao governo do PT na Presidência da República em 2006, o PRB começou uma notória trajetória de ascensão política nos anos subsequentes. Em 2007, o partido obteve recordes de filiações em vários estados (Gráfico 4)

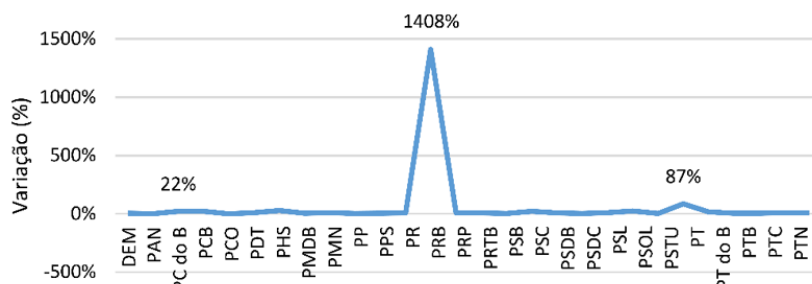
Gráfico 4 - Evolução de filiados do Partido Republicano Brasileiro - PRB entre 2000 a 2010



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE/Relação de Filiados 2000 a 2010

O PRB apresentou clara irrupção no número de filiados nos 26 estados e Distrito Federal em 2007, com destaque em Minas Gerais com 12.148, São Paulo com 17.859, Bahia com 21.058 e Mato Grosso de Sul com 22.845. Um fato raro nesse momento foi o grande número de filiações no PRB no curto período entre os meses de setembro e novembro de 2007 (Gráfico 5)

Gráfico 5 - Número de filiações partidárias: variação entre set e nov de 2007



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE/Relação de Filiados 2000 a 2010

Segundo o TSE, o PRB foi o partido que mais cresceu em 2007. Em setembro desse ano, a legenda registrava 8.023 filiados, e em novembro o número de filiados saltou para 120.992, um acréscimo de 112.969 novos integrantes correspondendo a uma variação de 1408,06%.

Nesse momento, a presidência nacional do PRB era exercida pelo bispo licenciado da IURD e deputado pelo Distrito Federal Vitor Paulo dos Santos, para acionar a estrutura da Igreja em favor do partido. Sobre a tática de apoio da cúpula da IURD aos seus candidatos, Rangel revelou detalhes de como foi mobilizada a estrutura da Igreja na campanha de Crivella ao senado em 2006:

O principal templo da Igreja Universal foi transformado em palanque eleitoral de Marcelo Crivella, candidato do PRB ao governo do Rio de Janeiro. Na catedral Mundial da Fé, o bispo Romualdo Panceiro ignorou a lei eleitoral que proíbe propaganda política em templos religiosos e pediu voto dos fiéis para Crivella e para os candidatos e deputados ligados à igreja. No término do culto assistindo por mais de 10 mil pessoas e transmitindo ao vivo pela Rede Aleluia de rádio, Panceiro discursou em favor de Crivella, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino sobrinho Edir Macêdo. (RANGEL, 2006, p.14).

A linha estratégica do PRB, segundo o autor, envolve uma rede de influência que extrapola a linha constitucional da separação entre Igreja e Estado. A Rede Aleluia de rádio e as catedrais da Universal enquanto estruturas da comunicação religiosa, mantêm em escala nacional uma massa cativa de fiéis ideologicamente consensualizados com o seu sistema sêmico e que serve ao projeto político da Igreja. A arregimentação explícita do voto no ambiente sacro se dissolve na pregação quando este é associado a uma atitude de fé de responsabilidade cristã. O discurso político é transfigurado e elevado ao patamar dos sacrifícios pelos quais os fiéis diariamente estão habituados a cumprir voluntariamente. Desta forma, a difusão do discurso político pelos canais de comunicação da Igreja recebe a legitimidade teleológica da missão cristã de transformação espiritual e moral da sociedade.

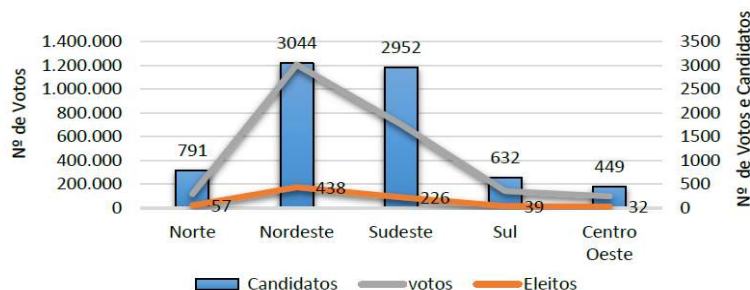
O uso do capital religioso da IURD a favor do crescimento territorial da base de apoio do PRB, tem sido evidenciado em diferentes momentos, embora seus dirigentes reproduzam o discurso da total e exclusiva separação entre os interesses da Igreja e do Partido.¹³ O PRB foi financiado quase que exclusivamente por construtoras que em seu portfólio possuíam contratos de serviços prestados a Universal. Castells (1999) destaca os riscos dessa articulação entre empresários e políticos:

[...] lograram celebrar acordos e chegar a um consenso quando a partilha de áreas geográficas, ao desenvolvimento de novas estratégias de mercado, de novas formas de assistência mútua e a resolução de conflitos (...) capaz de impor sua vontade sobre Estados legítimos, abalar instituições, a lei e a ordem, desestabilizar o delicado equilíbrio econômico-financeiro e destruir a existência da democracia. (STERLING apud CASTELLS, 1999, p.203).

A rede de financiamento estabelecida por entidades jurídicas é vital para *omodus operandi* das campanhas partidárias no Brasil. Contribui para isso os níveis de regulação do Estado sobre os setores estratégicos da economia, que alimenta o poder de barganha dos partidos na captação de doações dos setores empresariais. No caso do PRB, o poder de barganha envolveu o campo operatório da IURD dentro do setor imobiliário. Essas bases de financiamento impulsionaram a expansão territorial do PRB nas eleições municipais de 2008 (Gráficos 6 e 7).

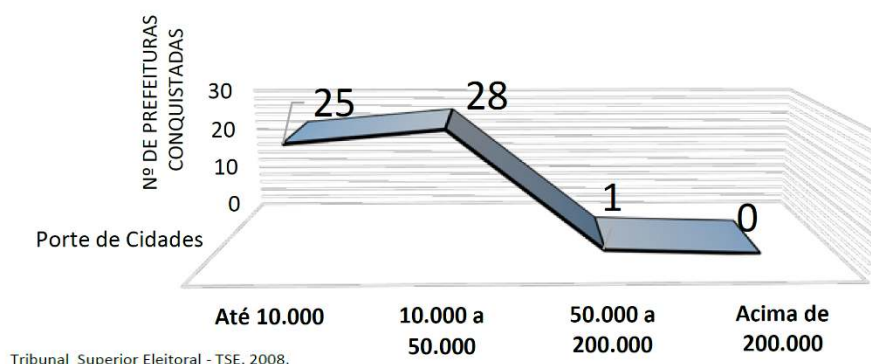
¹³ Com a mudança de sigla, “os próprios mentores da nova sigla, tendo à frente o então deputado Carlos Rodrigues, se apressaram em afirmar que o PRB não pertencia à Igreja” (BAPTSTA, 2007, p.306).

Gráfico 6- Desempenho do PRB nas eleições municipais por macrorregião em 2008



Tribunal Superior Eleitoral - TSE, 2008.
1 - Incluindo prefeitos e vereadores

Gráfico 7 - Brasil: total de prefeituras conquistadas pelo PRB em 2008



Tribunal Superior Eleitoral - TSE, 2008.

A capilaridade governamental do PRB demonstrada no Gráfico 7 reflete sua maior representatividade em cidades com até 50 mil habitantes. A concorrência com candidatos de partidos tradicionais em cidade de porte médio e metrópoles se mostrava ainda obstáculo intransponível.

O PRB como analisado, revelou-se como um projeto anexo ao planejamento e organização estratégica da IURD, resultado direto da sua expansão no território brasileiro. O projeto político-partidário reflete a diversificação e ao mesmo tempo a segmentação da estrutura de poder da IURD, constituída por redes interligadas por fluxos de informações e de atividades de cooperação entre seu capital religioso e conglomerado empresarial.

O controle do PRB pelos bispos licenciados da Universal assegura a influência da IURD nessa estrutura partidária, de modo análogo ao que acontecem o comando de seu conglomerado empresarial por bispos e membros como sócios-diretores.

Deste modo, o sistema de poder da IURD e sua organização em rede no território está articulado estrategicamente em torno de uma cadeia de comando coesa. Porquanto, todas as ações perpetradas por essa rede de comando estão em plena sintonia quanto à avaliação e seleção de meios geográficos mais adequados à expansão da influência da Igreja. Como foi analisado, os sistemas de ações no campo político, empresarial e religioso assumem um caráter solidário e contraditório ao mesmo tempo, e buscam superar as barreiras geográficas e circunscrever os seus domínios dentro de um campo de forças colidentes.

Considerações Finais

A atuação da Igreja Universal do Reino de Deus no campo midiático brasileiro é um estratagema que integra o sistema de poder que ultrapassa as fronteiras do sagrado e se manifesta numa estrutura político partidária. O suporte dado aos projetos no campo empresarial e político-partidário tem base nas estratégias espaciais da Universal no campo religioso que é a superfície primordial do seu poder institucional. A expansão geográfica da informação evangelística tem sido o centro de gravidade das estratégias da Igreja no território, através da construção do monopólio da comunicação no meio pentecostal

As estruturas de comunicação constituídas ao longo da década de 1990 e 2000 pela IURD, assim como, a produção e circulação de informações no território, demonstraram novo potencial expansivo do evangelismo no recrutamento de fiéis da Igreja. A gestão centralizada e o capital religioso da IURD respondem pelo alinhamento dos seus candidatos com seus objetivos institucionais e pela significativa performance nas eleições legislativas de 2002 e 2006.

A massa de fiéis e a capilaridade da IURD no território possibilitou a exploração de variados campos eleitorais. Isso foi visualizado no comparativo entre o voto recebido pelos candidatos do PRB e o número de fiéis da IURD em cada Estado, onde foi detectado uma correlação positiva entre sufrágio e quantitativos de membros pertencentes a igreja nas eleições de 1998, 2002 e 2006.

Por fim, a IURD apresentou-se enquanto um forte sistema religioso com potencial de promover o reagrupamento de seus políticos numa estrutura político partidária própria e de mobilizar a massa de fiéis em todos os estados brasileiros, para fins de ampliação da sua influência socioespacial no território brasileiro.

Referências

ARAÚJO, Bruno Gomes de. A expansão regional das redes de poder da Igreja Universal do Reino de Deus no Brasil. Natal, **Tese de doutorado em Geografia**, CCHLA – UFRN, 2018.

BAPTISTA, Saulo T. S. Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006). **Tese de Doutorado em Ciências da Religião**, FFCR – Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

BRAGA, Danilo Fiani. Geografia eleitoral e as estratégias territoriais da Igreja Universal do Reino de Deus. In: (Org) Iná Elias de Castro, Juliana Nunes Rodrigues, Rafael Winter Ribeiro. **Espaços da democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013, pp.147-181.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Relatório de gestão: eleições 2006. Brasília: TSE/SGI, 2007. 204 p.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FONSECA, Alexandre Brasil. Igreja Universal: um império midiático. In: Ari Pedro Oro; André Cortem; Jean-Pierre Dozon (Org). **Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé**. São Paulo: Paulinas, 2003. (Coleção religião e Cultura).

_____. “A maior bancada evangélica”. **Tempo e Presença**, 302: 20-23, nov.-dez., São Paulo, Cedi, 1998.

FRESTON, Paul. Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment. Campinas -SP, **Tese de doutorado em Sociologia**, IFCH-Unicamp, 1993.

Folha de São Paulo. Criação do PMR teve o apoio de 612 mil evangélicos no país. **Folha de São Paulo**, 15 de outubro de 2005, disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1510200519 .htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1510200519.htm)> Acesso em 03 de novembro de 2017

FURTADO, Celso. O Brasil do século XX. Entrevista com Celso Furtado. Entrevistador: Eduardo Pereira Nunes – Presidente do IBGE. In **Estatísticas do século XX**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro 2006.

IBGE, Censo Demográfico 2000. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200>> Acesso em 20 de novembro de 2017.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 53-69, 2003a.

_____. Igreja Universal: um poder político. In: Ari Pedro Oro; André Cortem; Jean-Pierre Dozon (Org). **Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé**. São Paulo: Paulinas, 2003b. (Coleção religião e Cultura).

RANGEL, Sergio. Culto vira palanque de Marcelo Crivella. **Folha de São Paulo**, 02 de outubro de 2006, Especial, Eleições 2006, p. 4.

Recebido em maio de 2018

Publicado em julho de 2018.